

Nota Informativa

Edição 183/2024

DESTAQUES

Comissão aprova projeto que obriga empresa de inteligência artificial a oferecer ferramenta para proteger direito autoral

Anatel publica diretrizes para auditoria da Política de Segurança Cibernética de fornecedores de equipamentos

MCTI faz balanço sobre programas e projetos de segurança cibernética

Novo texto do PL de Inteligência artificial se afasta do modelo europeu e avança na Inovação

IA e soberania nacional são destaques em audiência na Câmara dos Deputados

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Para Freire, Agenda 2030 já é realidade nas medidas da Anatel e mercado entendeu

Conectividade cresce no mundo, mas um terço da população segue offline

STF começa a julgar ações sobre regras do Marco Civil da Internet para remoção de conteúdos

Para especialistas, criar política de soberania digital é urgente no Brasil

REFORMA TRIBUTÁRIA

CCJ: debatedores temem custos, prazos e harmonização na transição da reforma tributária

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Mudança na regra vai tirar R\$ 94 do salário mínimo até 2030

Haddad: 'Não queremos que aconteça com o arcabouço o que aconteceu com o teto de gastos'

Governo Lula promete economia de R\$ 327 bi até 2030 com contenção de gastos

EDUCAÇÃO

Senado aprova movimentação de recursos parados repassados pelo FNDE

MEIO AMBIENTE

IBGE: quase 1/3 dos municípios brasileiros ainda usava lixões para resíduos sólidos em 2023

ORÇAMENTO

Pacheco cobra que congressistas assumam autoria de até R\$ 8,2 bilhões do orçamento secreto

Governo detalha medidas para cortar gastos públicos; veja principais pontos

Relatório preliminar da LDO de 2025 é apresentado na Comissão Mista de Orçamento, mas votação é adiada

POLÍTICA

Anatel não convida Ministro das Comunicações para anúncio do 5G e gera mal-estar

Pacheco traça calendário para corte de gastos até recesso

RELAÇÕES EXTERIORES

Jorge Messias defende apoio às ações do Brics

SAÚDE

Ministério da Saúde estreita conversas com setor privado em prol da saúde digital

DESTAQUES

Comissão aprova projeto que obriga empresa de inteligência artificial a oferecer ferramenta para proteger direito autoral

Poder Legislativo | 28/11/2024 – 11h48min

A Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1473/23, que obriga empresas de inteligência artificial (IA) a disponibilizarem ferramentas para autores restringirem o uso de seus conteúdos pelos algoritmos. O objetivo do autor da proposta, deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), é preservar os direitos autorais. Segundo o parlamentar, o termo de uso da OpenAI (desenvolvedora do ChatGPT), por exemplo, já permite fazer reclamação sobre direitos autorais. É possível enviar uma notificação pedindo a exclusão ou desabilitação de conteúdo supostamente infrator. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel publica diretrizes para auditoria da Política de Segurança Cibernética de fornecedores de equipamentos

Poder Executivo | 28/11/2024 – 10h39min

A Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) publicou, em 26 de novembro, o "Procedimento Operacional com diretrizes para auditoria da política de segurança cibernética de fornecedores de produtos e equipamentos de telecomunicações para prestadoras" (Ato nº 16417, de 22 de novembro de 2024). As diretrizes de auditoria, que foram disponibilizadas para avaliação e contribuição da

sociedade por meio da Consulta Pública nº 75/2023, foram desenvolvidas dentro do Subgrupo Técnico de Equipamentos, Fornecedores e Requisitos do Grupo Técnico de Segurança Cibernética e Gestão de Riscos de Infraestrutura Crítica (GT- Ciber), em cumprimento ao § 2º do art. 7º do R-Ciber (Res. nº 740/2019). O Subgrupo Técnico, coordenado pela Gerência de Certificação e Numeração do órgão regulador, conta com cerca de 160 integrantes, representando prestadoras de serviços, indústria, academia, centros de pesquisa, laboratórios de ensaio, Organismos de Certificação Designados, além de servidores da Anatel. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCTI faz balanço sobre programas e projetos de segurança cibernética Poder Executivo | 28/11/2024

A Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital (SETAD), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), realizou, na quarta-feira (27), em Brasília, um balanço dos programas e projetos prioritários no campo da segurança cibernética. “O MCTI tem o desafio de atuar e contribuir com o país para sua formação digital, onde o Brasil se coloque nesse cenário como protagonista”, disse o diretor de Incentivos às Tecnologias Digitais, Hamilton José da Silva. Foram reunidas instituições parceiras da pasta que atuam na coordenação do Fundo de Programas e Projetos Prioritários de Informática (PPI), ligado a Lei de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). O regulamento, instituído em 1991 como Lei de Informática, trata de investimentos de empresas em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Novo texto do PL de Inteligência artificial se afasta do modelo europeu e avança na Inovação Poder Legislativo | 28/11/2024

O [projeto de lei 2338/23](#), que trata do uso da inteligência artificial no Brasil, ganhou um novo texto na quinta, 28/11. O senador Eduardo Gomes (PL-TO), diz que o relatório se afasta do modelo adotado na Europa, ficou “ainda mais pró-inovação” e com “uma lógica de regulação mais ex-post e muito menos ex-ante”. Na quinta, o texto foi formalmente apresentado à Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil do Senado Federal. Tratado como complementação de voto, não tem mais prazo de vista. Mas serão aceitas emendas até 2/12. A ideia é votar na CTIA em 3/12. “Nossa conclusão foi que precisamos fazer de forma equilibrada e sem engessar a inovação. E chegamos ao equilíbrio mais adequado à nossa realidade”, afirmou Gomes. Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

IA e soberania nacional são destaques em audiência na Câmara dos Deputados Poder Legislativo | 27/11/2024 – 15h06min

A Comissão de Comunicação (CCOM) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 27, requerimento do deputado Fernando Coelho Filho (União-PE), que pede a realização de audiência pública para discutir o [projeto de lei 469/2024](#), que proíbe provedores de conexão de internet instituíam cobrança direcionada aos provedores de aplicações de internet por geração de tráfego de dados. Trata-se do projeto que, em essência, proíbe a possível prática de uma cobrança de uso pela rede, ou fair share. O presidente da Comissão, deputado Silas Câmara (Republicanos-AM) disse que o debate será realizado na próxima terça-feira, 3 de dezembro. O PL 469/2024 esteve na pauta mais uma vez para ser votado. O texto, de autoria do deputado David Soares (União-SP), está sob relatoria da deputada Silvyne Alves (União-GO), com parecer pela aprovação. Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Para Freire, Agenda 2030 já é realidade nas medidas da Anatel e mercado entendeu Poder Executivo | 28/11/2024 – 01h58min

A evolução da preocupação com a Agenda 2030 e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de uma maneira mais ampla, e por tabela aquilo que as empresas tratam como agenda ESG, já pode ser considerado um movimento consolidado dentro da Anatel, na visão do conselheiro Alexandre Freire, que participou na quarta, 27, do Seminário Telecom ESG, organizado pela TELETIME em São Paulo. Segundo o conselheiro, que tem sido um forte patrocinador da agenda dentro da agência desde a sua chegada, há dois anos, o processo é progressivo. Começou, segundo ele, com a inserção de justificativas e argumentos alinhados com itens dos 17 ODS como justificativa para as decisões nas análises produzidas por seu gabinete, evoluindo para a demanda por parte dos diferentes atores que fizessem o mesmo em suas petições e solicitações de audiências. "Essa agenda foi sendo encampada pelos demais conselheiros que viram relevância e pertinência no assunto", explica Freire. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conectividade cresce no mundo, mas um terço da população segue offline

Mercado | 27/11/2024 – 20h13min

O uso global da Internet continua a crescer, mas desigualdades permanecem, especialmente em regiões de baixa renda, revela o relatório anual da União Internacional de Telecomunicações (UIT) sobre o tema. Segundo o material, a conectividade e a cobertura 5G aumentaram ao longo do último ano no planeta, mas ainda há um terço da população offline, principalmente em áreas rurais. O levantamento estima que há 5,5 bilhões de pessoas online em 2024, um aumento de 227 milhões em relação às métricas de 2023. Embora aponte que 68% da população global esteja online e todos os indicadores monitorados no relatório mostrem melhoria, a segregação digital persiste e cerca de um terço da população mundial está fora da internet. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

STF começa a julgar ações sobre regras do Marco Civil da Internet para remoção de conteúdos

Poder Judiciário | 27/11/2024 – 19h40min

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar, na quarta-feira (27), duas ações que tratam da responsabilidade civil das plataformas da internet por conteúdos de terceiros e da possibilidade de remoção de conteúdos ofensivos ou que incitem ódio a partir de notificação extrajudicial, ou seja, sem determinação judicial. Na sessão da tarde do dia 27, os relatores fizeram um resumo das controvérsias (relatório) e foram ouvidos argumentos de partes e interessados admitidos nas ações. No Recurso Extraordinário (RE) 1037396 (Tema 987 da repercussão geral), relatado pelo ministro Dias Toffoli, a discussão é sobre a validade do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que exige ordem judicial prévia e específica de exclusão de conteúdo para a responsabilização civil de provedores, websites e gestores de redes sociais por danos decorrentes de atos ilícitos praticados por terceiros. Nele, o Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. questiona decisão da Justiça paulista que determinou a exclusão de um perfil falso da rede social. Já o RE 1057258 (Temas 533), relatado pelo ministro Luiz Fux, discute se a empresa que hospeda sites na internet tem o dever de fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando for considerado ofensivo, sem necessidade de intervenção do Judiciário. No caso, o Google Brasil Internet S.A. contesta decisão que o condenou a pagar indenização por danos morais por não excluir do Orkut uma comunidade criada para ofender uma pessoa. Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Para especialistas, criar política de soberania digital é urgente no Brasil

Poder Legislativo | 27/11/2024 – 19h28min

Em audiência pública realizada na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados na quarta-feira, 27, especialistas apontaram uma necessidade urgente do Brasil criar mecanismos e políticas que favoreçam a sua soberania de dados no atual cenário de concentração global das big techs. Márcio Pochmann, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disse que cada ministério da Esplanada tem seu banco de dados, sem uma comunicação efetiva entre eles. Por isso, defendeu que o Brasil

tenha um grande banco de dados do poder público, sob coordenação do IBGE. "Por isso, estamos defendendo a criação de um Sistema Nacional de Geoestatística e de Dados (Singed). E o IBGE poderia ser o grande coordenador técnico desses grandes bancos de dados", disse. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

CCJ: debatedores temem custos, prazos e harmonização na transição da reforma tributária

Poder Legislativo | 27/11/2024 – 22h01min

O prazo para que as empresas possam se adaptar ao novo sistema de tributação, com a adoção do IVA dual (CBS e IBS), foi considerado muito curto pelos participantes da última audiência promovida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na quarta-feira (27), encerrando o ciclo de 13 rodadas de debates solicitado pelo relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), para instruir o primeiro projeto de regulamentação da reforma tributária (PLP 68/2024). Entre as outras preocupações sobre a fase de transição da reforma estão a harmonização entre os normativos das administrações tributárias das três esferas (federal, estadual e municipal) e a possibilidade de entendimentos divergentes na fiscalização de um mesmo contribuinte Pessoa Jurídica. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Mudança na regra vai tirar R\$ 94 do salário mínimo até 2030

Poder Executivo | 28/11/2024 – 14h14min

A mudança na regra do salário mínimo vai tirar R\$ 94 do valor do piso salarial até 2030, segundo projeções do Ministério da Fazenda. Pela legislação atual, que prevê ganho real pelo crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes, o salário mínimo subiria a R\$ 1.521 no ano que vem e alcançaria R\$ 2.020 em 2030. A proposta do governo, se aprovada, levará o piso a R\$ 1.515 em 2025, uma diferença de R\$ 6 —como mostrou a Folha. Em 2030, o novo valor será de R\$ 1.926, ou R\$ 94 a menos do que sob a regra atual, segundo as estimativas do Executivo. Como contraponto político, o governo também divulgou quanto ficaria o salário mínimo caso a atualização se desse apenas pela inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Essa foi a política que prevaleceu na gestão anterior, do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad: 'Não queremos que aconteça com o arcabouço o que aconteceu com o teto de gastos'

Poder Executivo | 28/11/2024 – 11h50min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na quinta-feira (28), após reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e líderes partidários da Casa que pretende que o arcabouço fiscal tenha vida longa e não seja extinto, como o teto de gastos, aprovado durante a gestão do ex-presidente Michel Temer. "Não queremos que aconteça com o arcabouço o que aconteceu com o teto de gastos. Queremos que o arcabouço tenha vida longa. Tem que voltar a ser rotina tratar do fiscal", afirmou Haddad, que mais cedo detalhou medidas fiscais que o governo lançou para redução de despesas e também a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil mensais. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo Lula promete economia de R\$ 327 bi até 2030 com contenção de gastos

Poder Executivo | 28/11/2024 – 09h36

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou na quinta-feira (28) os detalhes do pacote de contenção de gastos elaborado pela equipe econômica para tentar equilibrar as contas públicas. O impacto das medidas estimado é de R\$ 71,9 bilhões em 2025 e 2026. Num horizonte mais longo, a promessa do governo é poupar R\$ 327 bilhões entre 2025 e

2030. Os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento), Esther Dweck (Gestão), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Paulo Pimenta (Secom) detalham as medidas em coletiva no Palácio do Planalto na manhã da quinta. O objetivo das medidas de corte de despesas é garantir a sobrevivência do arcabouço fiscal, a nova regra fiscal aprovada em 2023. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

EDUCAÇÃO

Senado aprova movimentação de recursos parados repassados pelo FNDE

Poder Legislativo | 27/11/2024 – 20h27

O projeto que autoriza a transposição e a transferência de saldos financeiros de exercícios anteriores resultantes de repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para estados e municípios utilizarem na educação (PLP 153/2024) foi aprovado pelo Senado na quarta-feira (27). Agora esse projeto segue para análise na Câmara dos Deputados. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MEIO AMBIENTE

IBGE: quase 1/3 dos municípios brasileiros ainda usava lixões para resíduos sólidos em 2023

Poder Executivo | 28/11/2024 – 14h02min

Em 2023, quase um terço dos municípios brasileiros ainda utilizava lixões para disposição final de resíduos sólidos. A modalidade é considerada “a pior maneira de destinação final do resíduo”. Os dados são da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2023 – Suplemento de Saneamento, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, os municípios com população superior a 50.001 habitantes deveriam implementar disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e dar fim aos lixões até agosto de 2023. Entretanto, 21,5% desses municípios ainda contavam com lixões como unidade de disposição final dos resíduos sólidos”, apontou o levantamento do IBGE. Entre as Grandes Regiões, os lixões ainda eram usados em 73,8% dos municípios no Norte, 51,6% no Nordeste, 52,9% no Centro-Oeste, 12,1% no Sudeste e 5,7% no Sul. Fonte: Bem Paraná

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Pacheco cobra que congressistas assumam autoria de até R\$ 8,2 bilhões do orçamento secreto

Poder Legislativo | 28/11/2024 – 14h30min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), enviou na segunda-feira, 25, ofícios destinados a cada um dos 513 deputados e dos 80 senadores pedindo que prestem informações sobre as verbas do orçamento secreto apadrinhadas por eles de 2020 a 2022. O pedido de Pacheco diz respeito a emendas de relator geral, base do esquema revelado pelo Estadão. O presidente do Senado pede que as informações sejam prestadas em até cinco dias, ou seja, até sábado, 30. Entre técnicos do Orçamento do Congresso, há o temor de que as emendas cujos “padrinhos” não apareçam acabem canceladas. Procurado, Pacheco não se manifestou. Na mensagem enviada aos parlamentares, o presidente do Senado menciona a necessidade de liberar a execução dos chamados “restos a pagar” das emendas bloqueadas desde o começo de agosto por decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). O “resto a pagar” é um gasto que foi empenhado, ou seja reservado para pagamento, mas não foi quitado no ano devido. No caso das emendas de relator, esse montante é de R\$ 8,2 bilhões, conforme levantamento do Estadão. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo detalha medidas para cortar gastos públicos; veja principais pontos

Poder Executivo | 28/11/2024 – 00h

O governo federal vai detalhar na quinta-feira (28) o pacote de medidas anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que visa cortar R\$70 bilhões em gastos públicos nos próximos dois anos. Entre as propostas estão mudanças no salário mínimo, no abono salarial, no Imposto de Renda e no funcionalismo público. As ações, que ainda dependem de aprovação do Congresso, buscam conter o déficit fiscal, reforçar o compromisso com a responsabilidade nas contas públicas e melhorar a percepção do mercado sobre a economia brasileira. No pronunciamento em cadeia nacional realizado na noite de quarta-feira (27), Haddad destacou que as medidas são essenciais para proteger a economia diante de desafios internos e externos. "Estamos adotando as medidas necessárias para garantir estabilidade e eficiência, assegurando que os avanços conquistados sejam protegidos e ampliados", afirmou. Ele ressaltou que o pacote equilibra ajustes fiscais com ações de apelo social, como a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$5 mil, prevista para 2026. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Relatório preliminar da LDO de 2025 é apresentado na Comissão Mista de Orçamento, mas votação é adiada**

Poder Legislativo | 27/11/2024 – 18h33min

O senador Confúcio Moura (MDB-RO), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 (PLN 3/24), apresentou o seu relatório preliminar na Comissão Mista de Orçamento. Por acordo entre os líderes, a votação ficou para semana que vem. De acordo com o deputado Domingos Sávio (PL-MG), muitos parlamentares estão insatisfeitos com o processo que resultou na aprovação de novas regras para a apresentação de emendas parlamentares ao Orçamento. Segundo ele, apesar da sanção da lei, ainda é necessário esperar que o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, avalie as mudanças. "Empresas quebraram, entidades filantrópicas ficaram sem assistir dignamente pacientes e cidadãos, prefeituras em dificuldade. Há meses não se pode repassar os recursos legítimos, corretos, adequados do Orçamento da nação para atender municípios, entidades filantrópicas. Porque uma decisão monocrática, autoritária, diz: para tudo". Dino fez questionamentos sobre a transparência das emendas, o que levou à aprovação da lei com novas regras. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**POLÍTICA****Anatel não convida Ministro das Comunicações para anúncio do 5G e gera mal-estar**

Poder Executivo | 28/11/2024 – 14h

O anúncio da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) na terça-feira (26) da liberação da ativação da internet móvel de quinta geração (5G) em todos os municípios do país gerou mal-estar no Ministério das Comunicações. O ministro Juscelino Filho não foi convidado e, por isso, não participou da entrevista coletiva à imprensa organizada pela Anatel. Secretários da pasta também não foram chamados. O desconforto foi potencializado porque ações de inclusão de digital fazem parte de eixo do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) sob responsabilidade do Ministério das Comunicações, ao qual a Anatel está subordinada. Houve irritação em especial com Vinicius Caram, um dos participantes do anúncio da Anatel, pois sua nomeação como conselheiro substituto da Anatel aconteceu durante a gestão de Juscelino. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Pacheco traça calendário para corte de gastos até recesso**

Poder Legislativo | 28/11/2024 – 13h22min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou na 5ª feira (28.nov.2024) querer finalizar a votação do corte de gastos proposto pelo governo até o recesso dos congressistas. Caso se confirme, Câmara e Senado teriam 3 semanas para concluir a análise. O recesso começa oficialmente em 23 de dezembro. "Estimo que a

Câmara faça essa apreciação nas próximas duas semanas. E talvez, na última semana útil antes do recesso, o Senado possa apreciar a PEC”, disse Pacheco a jornalistas. A declaração foi feita depois de uma reunião entre Pacheco, os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, além de líderes partidários do Senado. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Jorge Messias defende apoio às ações do Brics

Poder Executivo | 28/11/2024 – 10h44min

O advogado-geral da União, Jorge Messias, defendeu o apoio e engajamento do Governo Federal em iniciativas que garantam o sucesso do Brics, bloco comercial de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. “Todos nós temos o total compromisso de aportar recursos humanos e institucionais necessários para mobilizar essa agenda que em tão boa hora e com tanto acerto tem sido aqui impulsionada”, afirmou o ministro durante reunião do Grupo Parlamentar de Relacionamento com o Brics, na quarta-feira (27/11), no Senado Federal. Na reunião, foram apresentados o balanço das atividades do grupo em 2024 e o plano de trabalho definido para 2025. Jorge Messias destacou a importância da atuação do parlamento com a possibilidade de conexão com a sociedade civil, setores econômicos e representações diplomáticas para que o governo possa ter balizas mais seguras e precisas. Fonte: ASCOM AGU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

SAÚDE

Ministério da Saúde estreita conversas com setor privado em prol da saúde digital

Poder Executivo | 27/11/2024

A Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI) do Ministério da Saúde busca se aproximar do setor privado para avançar na agenda da interoperabilidade de dados. Considerado um dos grandes gargalos da integração entre a saúde pública e a saúde suplementar, o compartilhamento de informações através de prontuário eletrônico pode beneficiar a população, reduzir custos e colaborar com os profissionais de saúde. Em entrevista ao Futuro da Saúde, a secretária Ana Estela Haddad confirmou que o Ministério está iniciando diálogo com mais atores da saúde suplementar. “Espero que consigamos mostrar as vantagens e que tenha essa abertura com o setor privado. É possível caminhar na direção do que precisamos, priorizando o Sistema Único de Saúde (SUS), o acesso e a equidade da saúde, a favor do paciente”, afirmou. Fonte: Futuro da Saúde

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)